

1 **ATA 14° DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE**  
2 **ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL – IPE SAÚDE**

3  
4 Aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, em reunião híbrida,  
5 realizou-se a décima quarta Sessão Ordinária do Conselho de Administração do Instituto de Assistência  
6 à Saúde dos Servidores Público do Rio Grande do Sul – IPE Saúde do ano de 2022, sob a presidência do  
7 conselheiro João Ricardo dos Santos Costa, presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde, e  
8 secretariada por mim, Thuane Liesenfeld Borges, secretária do colegiado. **1) Abertura da Reunião**  
9 **Ordinária.** Foi declarada aberta a reunião, que contou com a presença dos conselheiros  
10 representantes do Governo do Estado, titulares Thiago Dapper Gomes e Bruno Queiroz Jatene (IPE  
11 Saúde), Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin (ALRS), João Ricardo dos Santos Costa (TJRS), Maria  
12 Cristina Cardoso Moreira de Oliveira (MPRS) e suplente Itamê Westphalen (em substituição do  
13 conselheiro Mauro Hauschild do Governo do Estado); e representantes dos segurados, titulares Kátia  
14 Terraciano Moraes e Ives Agamenon Leite Lucas (União Gaúcha), Márcia Elisa Pereira Trindade e  
15 Antônio de Pádua (Fessergs), Vera Maria Lessês e Antônio Alberto Andrezza (Cpers). **2) Ausências**  
16 **justificadas.** O conselheiro Mauro Hauschild, representante do Governo do Estado, não pôde  
17 comparecer por conta de agenda externa pelo Governo sendo substituído por sua suplente, Itamê  
18 Sandri Westphalen. **3) Aprovação da Ata CA nº 13/2022 da reunião ordinária, do dia 14 de julho de**  
19 **2022.** A ata de nº 13/2022, do dia 14 de julho de 2022, foi aprovada por unanimidade dos conselheiros,  
20 sem ressalvas. **4) Correspondências expedidas.** Ofício CA nº 28/2022 que dá conhecimento sobre o  
21 Relatório Econômico -Financeiro do 1 quadrimestre do IPE Saúde. **5) Correspondências recebidas.**  
22 PROA nº 21/2441-0013552-7 que comunica sobre a readequação salarial dos servidores do quadro do  
23 IPE Saúde. **6) Relato sobre as negociações com os hospitais credenciados ao IPE Saúde.** Para dar início  
24 à discussão do tema, o diretor-presidente do IPE Saúde e conselheiro, Bruno Jatene, fez um breve  
25 histórico sobre a implementação das medidas de repactuação com os prestadores, onde já se  
26 implementou a revisão das tabelas do IPE Saúde, da classificação em curso dos prestadores, a redução  
27 de passivos, a tabela própria de dietas, entre outras ações ocorridas nos ciclos de mudanças, com início  
28 no dia 26 de maio de 2022. Bruno destacou as reuniões realizadas entre IPE Saúde, Governo do Estado,  
29 Federações e hospitais credenciados - ocasiões em que os prestadores relataram a insatisfação quanto  
30 aos pagamentos provenientes do Instituto e onde negociações foram tomadas para buscar o equilíbrio  
31 financeiro da Autarquia sem que o atendimento aos segurados fosse prejudicado. Bruno Jatene iniciou

32 as apresentações sobre as ações tomadas pela Autarquia, relatando quais repercussões estas medidas  
33 ocasionaram. Além disso, o diretor-presidente salientou como o IPE Saúde tem buscado estratégias  
34 para sanar os problemas na falta de atendimento aos segurados. Relatou também sobre a  
35 implementação do cadastramento dos prestadores, a fim de classificá-los, visando enxergar melhor  
36 o que é prestação efetiva para a assistência aos segurados e distinguindo entre hospital estratégico e  
37 hospital padrão, a partir de uma recontractualização com os hospitais. Na sequência, o conselheiro  
38 Álvaro Panizza manifestou-se informando que na última reunião do Conselho de Administração foi  
39 comentada a possibilidade do IPE Saúde fazer uma parceria com a Central de Regulação do Estado a  
40 fim de facilitar a distribuição dos usuários por hospital especializado na área demandada, obtendo um  
41 maior controle quanto aos leitos ofertados pelos prestadores e garantindo o atendimento aos  
42 segurados, sucessivamente, diminuindo os custos gerados para o Instituto. O diretor-presidente  
43 Bruno, em resposta ao conselheiro, relatou que a proposta é interessante, porém o IPE Saúde  
44 pretende implementar uma Central de Regulação própria, moldada às especificidades do IPE Saúde,  
45 que visa prestar este atendimento aos usuários de forma efetiva, e que já é nesta mesma linha de  
46 raciocínio que a reclassificação dos hospitais foi elaborada. Bruno Jatene continuou as explanações  
47 informando aos conselheiros as próximas ações de repactuação que serão tomadas nos meses de  
48 agosto a novembro de 2022, esclarecendo quais ações estão em reavaliação, em discussão, a iniciar e  
49 previstas. O diretor-presidente salientou que todas as ações de repactuação citadas são mudanças  
50 importantes e essenciais, e que, além de visar o equilíbrio financeiro do Instituto, busca,  
51 principalmente, melhorar o atendimento aos segurados do IPE Saúde. A conselheira Kátia Terraciano  
52 iniciou sua fala, primeiramente sugerindo que o IPE Saúde disponibilize no seu site um simulador de  
53 transferência de pessoa física para pessoa jurídica a fim de assistir os prestadores que estão  
54 procurando migrar para a categoria jurídica, visto ser essa uma das ações adotadas pelo IPE Saúde  
55 para redução dos gastos. Após, a conselheira questionou se novos credenciamentos de médicos PJ  
56 estão sendo aceitos. Bruno Jatene esclareceu que apenas a migração de médicos credenciados como  
57 pessoa física para pessoa jurídica está ocorrendo, sendo os novos credenciamentos suspensos  
58 temporariamente por conta de reanálise do Instituto da necessidade e distribuição por região de novos  
59 prestadores, além de que está se pensando em um processo de chamamento público onde serão  
60 estabelecidas regras de conduta para os credenciados. Já o conselheiro Ives Agamenon questionou  
61 quando se terá os efeitos financeiros das primeiras ações de repactuação já implementadas e Bruno  
62 Jatene respondeu que os efeitos demoram a ocorrer, pois ainda existem passivos dos meses anteriores

63 que devem ser quitados, onde se prevê um tempo mínimo de 3 meses, para iniciar os efeitos das novas  
64 medidas e a existência de um déficit mensal alto. O conselheiro Antônio de Pádua relatou que o  
65 número de médicos auditores no instituto é baixo e manifestou sua opinião quanto às vagas abertas  
66 aos profissionais no concurso público, entendendo serem poucas para o número mínimo necessário  
67 por área. Além desta colocação, Antônio de Pádua relatou outros casos correspondentes a  
68 autorizações realizadas pelo IPE Saúde, dando o exemplo de materiais como próteses, esclarecendo  
69 como funciona a negociação destes materiais com os hospitais e sugerindo algumas medidas para a  
70 Presidência do IPE Saúde na revisão de tabelas de honorários médicos e na parte política da direção  
71 do Instituto. Thiago Dapper manifestou-se, também, sobre a importância do cadastramento dos  
72 prestadores, que trará uma clareza para o IPE Saúde tomar ações quanto aos credenciamentos. Álvaro  
73 Panizza, por sua vez, questionou o diretor-presidente Bruno Jatene se é possível realizar um  
74 levantamento com a informação de quantos prestadores se descredenciaram do IPE Saúde após a  
75 adoção das medidas de repactuação e quais deixaram de atender os segurados sem se descredenciar.  
76 Bruno Jatene respondeu que nenhum hospital ou clínica se descredenciou nesse período, mas que  
77 podem vir a ocorrer descredenciamentos, principalmente no caso das clínicas. O conselheiro Antônio  
78 Andreazza, por sua vez, manifestou-se afirmando a importância da Presidência do IPE Saúde e deste  
79 Conselho de Administração em não ter cedido às chantagens de descredenciamentos providas dos  
80 prestadores quando divulgada a série de ações de repactuação que seriam adotadas pelo Instituto.  
81 Além disso, o conselheiro destacou a necessidade de recontractualização, principalmente com os  
82 médicos, para que se garanta o atendimento do segurado do IPE Saúde sem cobranças irregulares aos  
83 pacientes. Já o presidente do Conselho, João Ricardo, complementou a fala do conselheiro Antônio  
84 Andreazza salientando a eficiência da comunicação e do discurso que o IPE Saúde adotou perante as  
85 crises com os hospitais credenciados. Marcia Elisa manifestou-se, na sequência, reafirmando sua  
86 preocupação com a implementação de uma Central de Regulação no IPE Saúde e preocupou-se com o  
87 número insuficiente de servidores que estão ingressando pelo Concurso Público para a implementação  
88 deste setor em específico. A Conselheira também elogiou e destacou a importância de ter à frente do  
89 Instituto um servidor público do Estado que conhece e enfrenta os problemas. O diretor-presidente e  
90 conselheiro, Bruno Queiroz Jatene, respondeu à conselheira afirmando que para a implementação de  
91 uma Central de Regulação, deve-se consolidar antes uma atenção primária, entre outras  
92 considerações. **7) Discussão sobre processo de reavaliação salarial dos servidores do IPE Saúde.** O  
93 presidente do Conselho de Administração, João Ricardo, citou aos membros do colegiado o parecer

94 da Procuradoria Geral do Estado – PGE, anexada ao processo que trata sobre a reavaliação salarial dos  
95 servidores do IPE Saúde, onde apresenta argumentos que impedem que a correção ocorra nas  
96 remunerações, citando legislações que não permitem a efetividade da reavaliação em período  
97 eleitoral e o impedimento previsto no Regime de Recuperação Fiscal adotado pelo Governo do Estado.  
98 Neste caso, o conselheiro afirmou que este processo já foi aprovado pelo colegiado, inclusive entende  
99 que os argumentos apresentados pela PGE não são suficientes para impedir que se continue  
100 discutindo, nesse momento, a ocorrência desta reavaliação salarial; desta forma os conselheiros  
101 comprometeram-se em estudar o tema a fim de apresentar propostas de encaminhamentos na  
102 próxima reunião ordinária que ocorrerá no dia 11 de agosto de 2022. O tema, portanto, ficou pautado  
103 para a próxima reunião. **8) Assuntos de Ordem Geral.** Não houve. **9) Definição de pauta para a**  
104 **próxima sessão.** Para a reunião ordinária do dia 11 de agosto de 2022, fica pautado o seguinte tema:  
105 Discussão sobre processo de reavaliação salarial dos servidores do IPE Saúde. **10) Encerramento.** Nada  
106 mais havendo a tratar, e dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, foi lavrada a presente  
107 ata que foi elaborada, revisada e assinada por mim, Thuane Liesenfeld Borges, secretária do Conselho,  
108 e pelo presidente do Conselho de Administração, João Ricardo dos Santos Costa, sendo declarada  
109 aprovada a ata desta sessão, que se encontra à disposição dos Senhores Conselheiros, por meio  
110 eletrônico, ressalvando-lhes o direito de retificá-la, por escrito, se assim desejarem.

111

112

**Porto Alegre, 28 de julho de 2022.**

113

114

**João Ricardo dos Santos Costa**

115

Presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde

116

117

**Thuane Liesenfeld Borges**

118

Secretária do Conselho de Administração.